

Democratizar a Democracia

Abong Gestão 2001 – 2003



ABONG

Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais

A Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) foi fundada em 1991 com o objetivo de representar e promover o intercâmbio entre ONGs empenhadas no fortalecimento da cidadania, na expansão dos direitos fundamentais e na consolidação da democracia. Nesse sentido, a Abong busca ser veículo de expressão, nos âmbitos nacional e internacional, de opiniões, contribuições, propostas e alternativas das ONGs diante do desafio do desenvolvimento da sociedade brasileira.

DIRETORIA EXECUTIVA (2001-2003)

Presidente

Sérgio Haddad (Ação Educativa)

Secretário-Geral

Jorge Eduardo S. Durão (Fase)

Tesoureira

Marina da Silva Kahn (ISA)

Charles R. Pranke (Amencar)

Eduardo Homem (CCLF)

Marluze Pastor Santos (Fórum Carajás)

Normando Batista (Cecup)

Silvio Caccia Bava (Pólis)

EQUIPE ABONG

Assistente de Diretoria

Marcos José Pereira da Silva

Administrativo

Denize Cardoso Pereira

Tereza Heloína

Kelly Cristina Vieira dos Santos

Wanderley Figliolo

Comunicação

Denise Gomide

Neusa Dias

Cirto Lino dos Santos

Jurídico e Desenvolvimento Institucional

Alexandre Ciconello

Marcela Oliveira Scotti de Moraes

REGIONAIS DA ABONG

AMAZÔNIA: RO, AC, AM, RR, PA, AP, TO, MA

Aldalice Moura da Cruz Otterloo (Unipop)

Av. Senador Lemos, 557

66050-000 - Belém/PA

Tel./Fax: (91) 223-1083

E-mail: unipop@amazon.com.br

CENTRO-OESTE: MT, MS, GO, DF

Nelson Luis B. Barros (CDHHT)

Rua Cáceres, 31

78048-640 - Cuiabá/MT

Tel./Fax: (65) 621-4907

E-mail: cdhht@terra.com.br

NORDESTE I: PB, PE, AL

Álvaro Pantoja/Mônica Oliveira (Cenap)

Rua Guimarães Peixoto, 309

52051-200 - Recife/PE

Tel./Fax: (81) 3442-9769

E-mail: cenap@cenap.org.br

NORDESTE II: BA, SE

Carlos Eduardo O. de Souza Leite (Sasop)

Rua Conquista, 132

41940-610 - Salvador/BA

Tel./Fax: (71) 335-6049

E-mail: abongne2@uol.com.br

NORDESTE III: PI, CE, RN

Daniel Raviolo (Comunicação e Cultura)

Rua Castro e Silva, 121, sl. 108/110

60030-010 - Fortaleza/CE

Tel./Fax: (85) 231-6092

E-mail: comcultura@comcultura.org.br

SÃO PAULO

Rua General Jardim, 660 - 7º andar

01223-010 - São Paulo/SP

Tel./Fax: (11) 3237-2122

E-mail: abong@uol.com.br

SUDESTE: RJ, ES, MG

Ricardo de Gouvêa Corrêa (Fundação Bento Rubião)

Av. Beira-Mar, 216, sl. 401

20021-060 - Rio de Janeiro/RJ

Tel. (21) 2262-3406

E-mail: cddhbr@bentorubiao.org.br

SUL: RS, SC, PR

João Carlos Sampaio Torrens (Deser)

Rua Ubaldino do Amaral, 374

80060-190 - Curitiba/PR

Tel. (41) 262-1842

E-mail: joao@deser.org.br

ABONG NACIONAL

Rua General Jardim, 660 - 7º andar

Vila Buarque

01223-010 - São Paulo/SP

Tel./Fax: (11) 3237-2122

E-mail: abong@uol.com.br

Site: www.abong.org.br

ESCRITÓRIO ABONG EM BRASÍLIA

Alexandre Ciconello

SCS - Qd. 08 - Bloco B-50 - Sala 417

Edifício Venâncio 2000

70333-970 - Brasília/DF

Tel.: (55-61) 226-9126

E-mail: abongbrasil@uol.com.br

Participaram desta publicação

Mariângela Graciano: *coordenação editorial*

Isabel Moraes: *editora responsável*

Luciana Sutil: *capa, concepção gráfica e diagramação*

Denise Gomide: *revisão*

No período 2001-2003, o trabalho da Abong teve o apoio das seguintes organizações:

Evangelischer Entwicklungsdienst (EED), Fundação Ford, Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento (Icco), Oxfam, W. K. Kellogg Foundation, Novib e Unesco.

Apresentação	5
Fórum Social Mundial	7
Internacional	11
Eleições 2002	12
Intervenção e Mobilização	13
Esfera Pública	16
Pluralidade & Diversidade.....	19
Desenvolvimento Institucional	24
Comunicação e Informação	29
Conselho Diretor	35
Associadas	36

2001-2003: desafios nacionais e internacionais, articulação entre sociedade civil e fortalecimento institucional

O triênio 2001-2003 foi marcado por um cenário de intensos desafios para a humanidade. A intolerância e o uso da violência como meio de solucionar conflitos entre as nações foram exacerbados, conforme demonstraram os atentados de 11 de setembro, em 2001, e a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, em 2003.

Assistimos os países ricos colocarem em risco a sustentabilidade do planeta ao desrespeitar tratados ambientais e impor regras econômicas que aprofundaram a miséria dos países em desenvolvimento.

No caminho inverso dessa trajetória, a sociedade civil uniu forças em torno do ideal da possibilidade de construir um novo mundo. Foi assim que, em janeiro de 2001, aconteceu o primeiro Fórum Social Mundial, em Porto Alegre. Nos dois anos seguintes, o evento adquiriu força extraordinária e milhares de pessoas de todo o mundo vieram ao Brasil discutir formas de construção do desenvolvimento sustentável do planeta.

A sociedade civil do mundo também se mobilizou para repudiar a violência entre as nações, tanto a provocada por atentados terroristas como aquela provocada por guerras (in)justificadas pela manutenção da paz e do respeito aos direitos humanos.

No plano nacional, os desafios provocados pelas violações aos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais também mereceram a mobilização das organizações da sociedade civil.

Nestes três anos, foram inumeráveis os exemplos de participação das ONGs nos movimentos socioambientalista, feminista, negro, de reconhecimento da cidadania dos portadores da Aids; na constituição e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes; na afirmação dos direitos indígenas; nos movimentos de saúde, educação e habitação; na mobilização contra este modelo de globalização e o neoliberalismo; pela segurança alimentar e na defesa do consumidor; na valorização da cultura e na participação dos excluídos.

A Abong, representando mais de 250 organizações não-governamentais, buscou participar e apoiar suas associadas tanto no plano internacional como no nacional. Para tanto, trabalhou no sentido de ampliar a visibilidade do trabalho das ONGs e de fortalecer sua intervenção na esfera pública.

Como estratégia política, investiu na articulação e na aliança com outros atores da socie-

dade civil, na democratização da informação, no desenvolvimento institucional, no diálogo e na ampliação da intervenção nos espaços públicos de decisão.

Como resultados dessa diretriz política – marca da Abong desde sua fundação –, nos últimos três anos, destacaram-se sua participação na organização e na coordenação do Fórum Social Mundial e seus desdobramentos, como os fóruns mundiais que se multiplicaram em diversos países; a articulação da Inter-Redes: Direitos e Política; a ampliação da participação nos conselhos instalados em diversas instâncias; e a interlocução com o poder público em diferentes esferas.

Novos desafios foram colocados no cenário nacional com a eleição de Lula, e a Abong tem procurado pautar suas respostas mantendo-se aberta ao diálogo e às possibilidades de colaboração em ações que confluem para sua missão, ao mesmo tempo em que defende as posições históricas do grupo de ONGs que conformam seu corpo de associadas.

Paralelamente à atuação política, investiu no desenvolvimento institucional de suas associadas por meio da implementação do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI), da assessoria jurídica, do incremento das atividades de comunicação e formação; além de descentralizar atividades e decisões, por meio do fortalecimento dos Fóruns Regionais.

Concluimos este triênio de trabalho com duas certezas: (I) apesar do muito que fizemos, há ainda muito a fazer, e a cada dia novas demandas e desafios se colocam para a Abong; (II) fortalecemos as bases para a continuidade do desenvolvimento de nossa missão, ampliando a visibilidade pública da Abong e sua presença nas conjunturas nacional e internacional.

Agradecemos, em nome do Conselho Diretor atual e de toda a equipe da Abong, o apoio ao nosso trabalho e queremos dividir nossas conquistas com todas aquelas associadas que participaram das nossas atividades, bem como com nossas parceiras e aliadas neste grande desafio de construir um novo mundo melhor.



Sérgio Haddad, Presidente

Um Novo Mundo é Possível

Ano a ano, o Fórum Social Mundial reuniu mais participantes, multiplicou o número de oficinas, seminários e conferências e ganhou mais espaço na mídia, consagrando-se como o maior evento promovido por movimentos sociais em todo o planeta. Desde a primeira edição, a Abong participa da organização do FSM, e mais ONGs se juntam ao grupo das pessoas que querem construir um novo mundo.

Por três anos consecutivos, Porto Alegre/RS recebeu participantes do Fórum Social Mundial (FSM) para elaborar propostas para a construção de um novo mundo, plural e democrático, sem exclusão social, economicamente justo e ambientalmente sustentável, em oposição simbólica à pauta do Fórum Econômico de Davos. Em 2001, 2002 e 2003, a Abong integrou o comitê organizador do evento, ao lado de Ação pela Tributação das Transações Financeiras em Apoio aos Cidadãos (Attac), Comissão Brasileira Justiça e Paz (CBJP/CNBB), Associação Brasileira de Empresários pela Cidadania (Cives), Central Única dos Tra-

balhadores (CUT), Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Rede de Justiça Social e Direitos Humanos e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST).

FSM 2001

Promovido entre 25 e 30 de janeiro, o primeiro FSM reuniu aproximadamente 15

mil representantes de 500 organizações da sociedade civil de 112 países, além de 1.300 jornalistas. Foram 16 conferências, 400 oficinas e dezenas de eventos e encontros paralelos, como a exposição de traba-

“A imprensa, que começou, no I Fórum, a dizer que era um ‘encontro de esquerdistas’, ‘encontro dos malucos do mundo’, hoje reconhece, em todas as primeiras páginas dos jornais: o Fórum Social Mundial é o maior evento político realizado na História contemporânea” (Presidente Lula, durante a abertura do FSM 2003.)

lhos de 53 entidades, uma feira de livros e extensa e intensa programação cultural.

As ONGs foram atores fundamentais no FSM, contribuindo como proponentes e participantes de oficinas, assistentes de conferências e expositoras em estandes, próprios ou coletivos, como o da Abong. A diversidade, a riqueza e a qualidade das experiências das associadas contribuíram para fortalecer o evento, com destaque aos debates e às mobilizações pelo respeito aos direitos humanos e contra a produção de transgênicos.

PLANEJAMENTO DO II FSM

Após o impacto do I Fórum Social Mundial, os organizadores esforçaram-se para mundializar a proposta do evento e garantir a participação de todos os continentes e a cobertura de temas ausentes. A Abong, como uma das integrantes do Comitê Organizador, esteve presente em diversas atividades nesse período: a constituição do Conselho Internacional do FSM, do qual a Abong faz parte; o I Encontro Internacional de Movimentos Sociais, realizado na Cidade do México, em agosto de 2001; o lançamento da segunda edição do FSM, em Porto Alegre, em setembro; a constituição do Conselho Brasileiro e a primeira reunião do Conselho

Internacional em Dacar, no Senegal. Entre outras atividades, a Associação também participou da organização e dos debates do Fórum Mundial de Educação, realizado em outubro de 2001, em Porto Alegre, como evento preparatório ao FSM 2002. Além disso, por meio dos Fóruns Regionais, a Abong incentivou a organização e a preparação de suas associadas para a participação no FSM 2002.

FSM 2002

Em sua segunda edição, o FSM mais do que triplicou o número de participantes em relação ao evento ocorrido no ano anterior. Realizado entre os dias 31 de janeiro e 5 de fevereiro, em Porto Alegre (RS), reuniu 50.000 pessoas, entre as quais 12.274 delegados(as) de 123 países; 4.909 organizações de 87 países; e 3.356 jornalistas de 1.066 veículos de comunicação de dezenas de países.

A programação também foi ampliada. Foram 27 conferências, 96 seminários e 622 oficinas, organizados nos eixos temáticos “A produção de riquezas e a reprodução social”; “O Acesso às Riquezas e a Sustentabilidade”; “A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos”; e “Poder Político e Ética na Nova Sociedade”.

O Fórum Social Mundial de 2002 foi antecedido pelo Fórum Social de Gênova (Itália), Fórum Social Africano (Bamako, Mali) e Fórum Mundial de Educação, Porto Alegre, ocorrido em outubro de 2001.

A ABONG NO FSM 2002

Durante o Fórum Social Mundial 2002, além de atuar como membro do Comitê

FSM pela TV

No Regional Nordeste-1 (Alagoas, Paraíba e Pernambuco), a população pôde acompanhar ao vivo diversos eventos e conferências do FSM 2002 pela TV Universitária de Recife, que retransmitiu imagens geradas pela TVE-RS. A exibição foi resultado de parceria entre a Abong, a TV Universitária e o Fórum Nacional de Participação Popular. Em 2003, houve a retransmissão de painéis e seminários, também ao vivo, para a população de Pernambuco.

Organizador, a Abong animou conferências, promoveu seminários e expôs o trabalho das associadas, entre outras atividades. Representantes de mais de 50 associadas à Abong participaram como delegados(as) no FSM 2002.

Em parceria com a Alop e com o Ceaal, a Abong promoveu o seminário “A Ilusão do Desenvolvimento e as Alternativas de Mudança Social para os Países do Sul”, que debateu os bloqueios e obstáculos impostos pelo mercado ao desenvolvimento dos Estados e o papel das ONGs na luta pelo direito ao desenvolvimento. Em outro seminário organizado pela Associação, discutiu-se o impacto do atentado de 11 de setembro de 2001, nos EUA, sobre os direitos humanos. A Abong participou como animadora das conferências “Cultura da Violência, Cultura Doméstica” e “Conferência Especial de Educação”, organizadas no eixo III - “A Afirmação da Sociedade Civil e dos Espaços Públicos”.

Em parceria com as associadas Cecip (RJ), Centro de Cultura Luiz Freire (PE) e Camp (RS), a Abong produziu o documentário “Um Outro Mundo já é Pos-

sível: a participação das ONGs no Fórum Social Mundial 2002”. Também organizou o 1º Concurso de Vídeo sobre o Fórum Social Mundial.

FSM 2003

Desenvolvimento Democrático e Sustentável; Princípios e Valores; Direitos Humanos e Diversidade; Mídia, Cultura e Contra-Hegemonia; Poder Político, Sociedade Civil e Democracia; e Ordem Democrática foram os eixos temáticos que nortearam as atividades do FSM 2003, promovido em Porto Alegre, entre 23 e 28 de janeiro. A mobilização pela paz e contra a guerra também permeou os eventos do FSM 2003. Dessa vez, além das conferências, seminários, oficinas e testemunhos, foram organizadas “Mesas de Diálogo e Controvérsia”, que reuniram representantes de governos, órgãos da ONU e partidos políticos.

Participaram do FSM 2003 mais de 100 mil pessoas, entre as quais 20.763 delegados(as), representando 5.717 organizações de 156 países, e mais de 4 mil jornalistas, representando 1.423 veículos de comunicação de 51 países. A edição de 2003 também foi marcada pela parti-

Fóruns Sociais Regionais

O processo de mundialização do Fórum Social Mundial foi fortalecido por meio dos Fóruns Sociais Regionais, realizados no decorrer de 2002. Em agosto, aconteceu o Fórum Social Temático Argentino; o Fórum Social Europeu foi realizado na Itália, em novembro, quando também aconteceu o Fórum Social Mediterrâneo, na Espanha. Encerrando o ano, em dezembro, aconteceu o Fórum Social da Palestina, em Ramallah.

Em janeiro de 2003, antecedendo o FSM, aconteceram a segunda edição do Fórum Mundial de Educação, em Porto Alegre; o Fórum Social Asiático, na Índia; o II Fórum Social Pan-Amazônico, na região Norte do Brasil; e o II Fórum Social Africano. Representantes da Abong acompanharam todos esses eventos e ainda participaram de diversas atividades regionais preparatórias para o FSM 2003.

cipação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi a Porto Alegre como anfitrião do evento, bem como pela participação do governador do Rio Grande do Sul, Germano Rigotto, e do prefeito de Porto Alegre, João Verle.

Lula, que havia participado do Fórum Social Mundial 2001 como debatedor, falou sobre sua ida a Davos, destacando que o convite do Fórum Econômico foi resultado da intensa repercussão política, em todo o mundo, da realização do Fórum Social Mundial. “A verdade é que Davos, depois do Fórum em Porto Alegre, já não tem mais a mesma força; agora, todos têm que discutir os problemas sociais do mundo”, salientou.

Durante o Fórum Social Mundial de 2003, o Conselho Internacional do FSM, do qual a Abong faz parte, deliberou que o Fórum 2004 deverá ocorrer na Índia. A quinta edição do evento, em 2005, deverá ser realizada novamente em Porto Alegre.

A ABONG NO FSM 2003

Mais uma vez, a Abong marcou presença como membro do Comitê Organizador e do Comitê Internacional do FSM e como promotora de eventos e seminários, que contaram com a participação de um grande número de pessoas.

No dia 25, em parceria com a Coordination SUD (França) e o Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Agências Parceiras (PAD), a Abong organizou o seminário “Outro Diálogo é Possível na Cooperação Norte/Sul”, com duas mesas em que foram debatidos os princípios do diálogo entre o Norte e o Sul na cooperação internacio-

nal, tendo por base experiências de diálogo bem-sucedidas entre estas partes e os novos modelos de cooperação.

No dia 26, em parceria com a Inter-Redes: Direitos e Política, com a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) e com o Consejo de Educación de Adultos de América Latina (Ceaal), a Abong promoveu o seminário “Democratizar a Democracia”, cujas mesas debateram “democratização da democracia e pacto social”; “constituição de novas institucionalidades democráticas”; “incidência da sociedade civil, partidos e dos movimentos sociais nas políticas públicas”; além da questão “perspectivas para o Brasil: pacto social ou novo contrato social?”.

Nos dias 24 e 25, a Abong também participou da co-promoção do 2º Seminário Mundial de Políticas Sociais, denominado “A Sociedade Civil e a Construção de Políticas Sociais no Cenário Mundial”.

Durante o FSM, milhares de pessoas passaram pelo estande da Abong, onde foram distribuídos e comercializados materiais e publicações da Associação e de suas filiadas. Além disso, os Fóruns Regionais e as ONGs associadas realizaram mais de 70 atividades no FSM, participaram de marchas e de debates, discutindo e elaborando propostas sobre uma diversidade de temas, como violência e discriminação contra mulheres, negros e indígenas; orçamento participativo; educação e gestão ambiental; controle social dos meios de comunicação; educação em rede; segurança alimentar; direitos humanos; entre outros.

Abong assina convênio com Coordination SUD

Parceria vai permitir a troca de experiências de desenvolvimento local e viabilizar o programa de cooperação entre ONGs brasileiras e francesas.

Acordo de cooperação firmado entre Abong e Coordination SUD (solidariedade, urgência, desenvolvimento), coordenação nacional de associações de solidariedade internacional francesas, vai permitir a ONGs brasileiras e francesas conhecer e partilhar experiências de desenvolvimento local, interagir com as políticas públicas e participar de debates de âmbito mundial, estabelecendo uma diplomacia não-governamental internacional.

O convênio foi assinado durante o III Fórum Social Mundial, em 25 de janeiro de 2003, e se estenderá por três anos. As ações serão desenvolvidas dentro de quatro eixos: rural, urbano, economia solidária e negociações internacionais. A assinatura do acordo, por meio do qual se viabiliza o programa de cooperação entre ONGs dos dois países, materializa os esforços conjuntos desenvolvidos por essas organizações desde o primeiro Fórum Social Mundial.

Este programa de cooperação franco-brasileira não-governamental inclui a realização de uma série de encontros (seminários e outros eventos) entre associações francesas e brasileiras, alternando o local entre Brasil e França. As primeiras atividades fo-

ram estabelecidas durante reunião realizada em abril, na França.

Assim, dentro do eixo “negociações internacionais”, ocorreu, em São Paulo, entre 30 de junho e 1º de julho, o seminário “Diplomacia e Solidariedade Internacional: como os atores não-governamentais podem pesar nos debates e nas negociações internacionais”. O objetivo foi intercambiar as experiências de mobilização da sociedade civil, para acompanhar e orientar as negociações e os processos de reforma dos sistemas de regulação internacional – comércio, serviços, agricultura, propriedade intelectual, etc.

No eixo urbano, realizou-se entre 22 e 25 de julho, em São Paulo, o seminário “Pelo Direito à Cidade”, paralelamente à Feira e Congresso Internacional de Cidades (Urbis 2003), da qual a Abong também participou. Na ocasião, representantes de ONGs francesas e brasileiras discutiram temas como ocupações urbanas e participação cidadã na gestão de cidades, apresentando as experiências de organizações dos dois países nessas áreas.

No eixo “economia solidária”, está programado para o final de agosto deste ano o “Seminário Franco-Brasileiro Comércio Ético e Solidário”, em São Paulo.

ONGs reafirmam independência diante do Estado

Durante a campanha eleitoral de 2002, a Abong tornou pública sua expectativa sobre a relação entre governo e organizações da sociedade civil e reafirmou a autonomia das ONGs diante do Estado.

Em agosto de 2002, o candidato à presidência da República pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva, e seu vice, senador José Alencar (PL), reuniram-se, na sede da Abong, em São Paulo, com representantes de Redes Nacionais de ONGs. O encontro foi solicitado à Abong pela coordenação da campanha de Lula e dele participaram representantes da Articulação de Mulheres Brasileiras, Articulação de ONGs de Mulheres Negras, Articulação do Semi-Árido, Fórum Nacional da Assistência Social, Fórum Nacional de Mulheres Negras, Fórum Nacional de Participação Popular, Fórum Nacional de Reforma Urbana, Fórum ONGs/Aids, Marcha Mundial de Mulheres, Plataforma Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais – Brasil, Rede de

ONGs da Mata Atlântica, Rede Gapa, Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos e Rede Brasil sobre Instituições Financeiras e Multilaterais.

Na ocasião, o candidato tomou conhecimento da natureza do trabalho das ONGs e propôs uma parceria entre seu governo e as organizações não-governamentais para “realizar as mudanças necessárias no País”. Lula assumiu o compromisso de que as ONGs não seriam usadas como correias de transmissão, mas como participantes da elaboração, da implementação e da gestão de políticas públicas.

Em um novo encontro, após a eleição de Lula, os representantes da Abong reafirmaram a necessidade de o setor econômico servir ao social, e não mais o inverso, como aconteceu durante os últimos anos, com o sacrifício das áreas sociais para atender compromissos com as instituições financeiras internacionais ou privilegiar grupos econômicos.

O compromisso com o desenvolvimento sustentável, assim como o respeito à autonomia dos movimentos sociais e às organizações da sociedade civil também foram temas abordados pela Abong nos encontros com Lula.

Campanha fiscalizada

Durante as eleições de 2002, a Abong coordenou e, com suas associadas, integrou o Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral – Lei 9.840. Com o lema “Voto não tem preço, tem consequência”, o Movimento estimulou a formação de cerca de 130 Comitês Locais 9840 em 21 Estados, para fiscalizar o comportamento dos candidatos e combater a corrupção eleitoral, assegurando-lhes retaguarda jurídica e política. Com o mesmo objetivo, foi lançada a cartilha “A Lei 9840 passo a passo – de novo na luta contra a corrupção eleitoral”.

Atuação coletiva na proposição de políticas públicas

Redes de ONGs e de movimentos sociais decidiram intervir conjuntamente na esfera pública para fortalecer e qualificar a participação das organizações da sociedade civil na proposição, elaboração e implementação de políticas públicas. Assim, nasceu, em 2002, a Inter-Redes: Direitos e Política.

Constituída durante o processo eleitoral de 2002, a Inter-Redes: Direitos e Política é um espaço de articulação de redes e fóruns de organizações da sociedade civil brasileira, visando ao fortalecimento da intervenção desses segmentos na esfera pública. Formada por mais de 30 Redes e Fóruns, atua na promoção de direitos e na proposição de políticas públicas para construir um novo modelo de sociedade, baseado no desenvolvimento sustentável, no combate às desigualdades e no respeito às diferenças.

Desde 2001, as instituições vinham discutindo propostas de atuação coletiva. Mas a Inter-Redes começou a ganhar formato em agosto de 2002, quando, por iniciativa da Abong, representantes de aproximadamente 20 Redes Temáticas de abrangência nacional reuniram-se com Lula, para apresentar as demandas e propostas das ONGs e debater os desafios que o vencedor das eleições iria enfrentar a partir de janeiro de 2003.

Por meio de documento entregue a Lula

e aos demais candidatos à Presidência da República, as Redes salientaram a importância de fortalecer os espaços institucionais de participação da sociedade civil – como os conselhos paritários de gestão –, reafirmaram a responsabilidade do Estado em relação à implementação de políticas públicas, repudiaram a terceirização da área social e confirmaram sua autonomia em relação aos governos.

Em 2003, a Inter-Redes debateu, em seminário na sede da Abong, a reforma da Previdência, buscando informar e qualificar representações da sociedade civil organizada sobre a situação da Previdência Social no país e sobre as propostas do governo para o setor. Ainda neste ano, ao lado da Abong, a Inter-Redes liderou o processo de participação no debate do Plano Plurianual 2004-2007 do governo Lula, coordenando a participação da sociedade civil nas consultas populares, promovidas em todos os Estados brasileiros entre o final de maio e o início de agosto.

Inter-Redes e Abong concluem debates do PPA 2004-2007

Em meados de agosto, organizadores entregaram documento ao presidente Lula, contendo as propostas dos fóruns estaduais para o Plano Plurianual do governo federal.

Em 14 de agosto, representantes da Abong, da Inter-Redes: Direitos e Política e de outras organizações da sociedade civil apresentaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e a todo seu ministério documento com propostas de ações e políticas públicas para integrarem o Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, que está sendo elaborado pelo governo federal e deverá ser submetido ao Congresso Nacional, em 29 de agosto de 2003.

As propostas contemplam discussões realizadas em todos os Estados brasileiros e no Distrito Federal, que reuniram, ao todo,

mais de 2.200 representantes de organizações da sociedade civil, sindicatos, instituições empresariais e movimentos sociais. Em todos os Estados e no DF, foram constituídos comitês de mobilização e, antes mesmo da realização da consulta pública, os fóruns estaduais organizaram encontros, debates, oficinas e outros eventos, visando a participar de maneira qualitativa do processo de construção do PPA e a formular propostas para enfrentar problemas fundamentais como a concentração da renda e riqueza, a exclusão social e a baixa criação de empregos, entre outros.

O processo de mobilização e sistematização dos debates foi realizado por Abong e Inter-Redes, a convite da Secretaria-Geral da Presidência da República, que propôs a parceria, deu apoio logístico e à organização dos eventos. Com esta iniciativa, pela primeira vez na história do Brasil, construiu-se a possibilidade de que o PPA seja elaborado com base em demandas reais e concretas; em anos anteriores, o plano era totalmente montado por empresas de consultoria, contratadas pelo Governo Federal.

Durante a cerimônia de entrega do relatório da sociedade civil, o presidente Lula

O que é PPA?

De acordo com documento oficial, o PPA é o “instrumento de planejamento de médio prazo do governo federal que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal”. A Constituição determina que o PPA seja elaborado e aprovado no primeiro ano de governo de cada gestão pública. Ele é o primeiro passo do processo orçamentário e tem validade de quatro anos. Depois dele, vem a Lei de Diretrizes Orçamentárias, seguida pela Lei Orçamentária. Pela primeira vez na história do Brasil, o planejamento econômico e social, expresso no PPA, conta com a participação da sociedade civil. Nos anos anteriores, o Plano era montado por empresas de consultoria contratadas pelo governo federal.

disse sentir-se honrado por ter inaugurado a prática democrática de consulta à sociedade civil para a elaboração do PPA, processo que promove a “cumplicidade entre governo e sociedade civil” na condução do País. No entanto, salientou que nem todas as demandas serão atendidas em virtude da insuficiência dos recursos.

Sérgio Haddad, presidente da Abong, ressaltou a necessidade de continuidade do processo por meio do monitoramento de seus desdobramentos: “Seria frustrante tamanho esforço de mobilização se, depois, as recomendações não forem consideradas na elaboração das ações e nas respectivas dotações orçamentárias”. O presidente da Abong lembrou que a sociedade civil deve ter acesso ao Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) do governo federal, até o momento indisponível, e afirmou que a sociedade civil quer discutir mecanismos institucionais de acompanhamento e controle social

Entre maio e a primeira quinzena de agosto, sob a coordenação da Inter-Redes e da Abong, cidadãos e cidadãs de todo o Brasil reuniram-se em seus respectivos estados para debater e estabelecer diretrizes, metas e objetivos a serem encampados pela administração pública federal nos próximos quatro anos, visando ao desenvolvimento sustentável e com justiça social.

do PPA “para concretizar a participação numa perspectiva democrática”.

MONITORAMENTO DO PPA

Findo o processo de consulta pública e apresentadas as propostas ao governo federal, Inter-Redes, Abong e integrantes dos fóruns estaduais querem assegurar a continuidade desse espaço político de interlocução entre sociedade civil e Estado. Assim, os comitês estaduais, criados durante o processo PPA, deverão continuar mobilizados em uma grande rede que está sendo formada pela Inter-Redes, com base nos fóruns, para monitorar o processo de execução do PPA junto ao Executivo e ao Congresso Nacional. A principal ferramenta para manter a articulação e a mobilização desta rede já está no ar. É o website da Inter-Redes (www.inter-redes.org.br), que deve se tornar um portal para intercâmbio de informações e um amplo espaço de debates sobre o PPA e outros assuntos de interesse das redes articuladas na Inter-Redes.

Articuladores do PPA

As Redes que animaram a articulação da participação no PPA foram: Abong, Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho de Educação de Adultos da América Latina (Ceaal), Fórum da Amazônia Oriental (Faor), Fórum Nacional de Assistência Social (FNAS), Fórum Nacional de Participação Popular (FNPP), Fórum Brasil de Orçamento (FBO), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH), Rede Brasileira pela Integração dos Povos (Rebrip) e Social Watch/Observatório da Cidadania.

Atuação em Conselhos consolida articulação da sociedade civil

A participação da Abong e de suas associadas nos Conselhos, formados por representantes da sociedade civil e do Estado, tem sido uma importante estratégia para a defesa de políticas públicas que universalizem direitos e combatam a exclusão social.

A firmando sua missão de fortalecer a democracia por meio da intervenção autônoma da sociedade civil na esfera pública, a Abong, desde sua fundação, vem participando e incentivando suas associadas a participarem de mobilizações que resultem na concretização do papel, assegurado na Constituição de 1988, aos Conselhos Paritários de Gestão, nos três âmbitos de governo.

A estratégia tem resultado em importantes processos de articulação da sociedade civil, como o Fórum de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA) e o Fórum Nacional da Assistência Social, além de assento em diversas gestões do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) e do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS).

NOVOS DESAFIOS

O governo federal recém-eleito colocou para a Abong novos desafios de representação da sociedade civil em âmbito nacional. Em fevereiro de 2003, o pre-

sidente Luiz Inácio Lula da Silva instalou o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), e Sérgio Haddad, presidente da Abong, foi convidado a integrá-lo, tendo como suplente o secretário-geral da instituição, Jorge Eduardo Saavedra Durão.

Formado pelo presidente da República e por 82 representantes de diversos segmentos da sociedade civil, além de dez integrantes do governo, o CDES é, conforme documento oficial, “um órgão consultivo da Presidência da República, que relaciona o Executivo com distintas representações do empresariado, do terceiro setor, dos movimentos sociais e do mundo do trabalho”. O propósito do Conselho é debater um possível “pacto social”, representando um mecanismo de consulta e de participação da sociedade civil.

Apesar da pequena presença de organizações não-governamentais e de movimentos sociais no Conselho, os representantes dessas organizações vêm se articulando para garantir participação

propositiva, positiva e autônoma, orientada pela defesa dos interesses da maioria da população, pela superação das desigualdades sociais e pela implementação de programas que resultem no desenvolvimento sustentável do País.

Também no início de 2003, o governo federal instalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) e convidou Silvio Caccia Bava, diretor da Abong, para integrá-lo. Na primeira reunião do grupo, em 25 de fevereiro deste ano, foram constituídas três câmaras temáticas, de caráter permanente. A Abong integra a de “Indicadores, Instrumentos de Ação e de Monitoramento de Segurança Alimentar e Nutricional”.

Compete aos conselheiros do Consea, entre outras atribuições, avaliar o plano estratégico e o plano emergencial do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar (Mesa), do qual faz parte o Projeto Fome Zero, implementado em fevereiro de 2003.

A Abong criou um grupo de trabalho para acompanhar os trabalhos do Consea.

CONANDA

A Abong e suas associadas têm atuado intensamente para que o Estatuto da

Criança e do Adolescente (ECA) seja de fato implementado em todo o País. Além de inúmeras atividades desenvolvidas em âmbito local e regional, a participação como membro do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) tem sido um importante mecanismo de intervenção.

Em março de 2000, pela primeira vez na história do Conanda, um representante da sociedade civil – Cláudio Augusto Silva (Fundação Fé e Alegria, ONG associada à Abong) – foi eleito presidente do órgão. Em novembro de 2000, a Abong foi reeleita para representar a sociedade civil no órgão, que também reelegeu as ONGs Fé e Alegria e Centro Luís Freire, além do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), escolhido como suplente.

Em 2002, pelo terceiro ano consecutivo, a sociedade civil presidiu o Conanda. Na escolha dos representantes da sociedade civil no Conselho para o biênio 2003/2004, realizada em novembro de 2002, a Abong foi reeleita, tendo agora como seu representante Fernando Silva (Centro de Cultura Luiz Freire/PE). Entre as associadas, também foi reeleita a

Conselhos regionais

A Abong, por meio de suas associadas ou de seus Fóruns Regionais, também integra conselhos estaduais, regionais e locais. Entre 2001 e 2003, por exemplo, a Associação representou as ONGs no Conselho Gestor da Cidade de Belém. No Regional Nordeste 1, em 2002, o GT Conselhos promoveu um Fórum de Debates para refletir sobre as debilidades, avanços e perspectivas do controle social sobre as políticas públicas, com foco nos Conselhos de Gestão. Já no Regional Sudeste, a Abong acompanhou o processo eleitoral do Conselho Estadual de Assistência Social do Rio de Janeiro e também participou da eleição dos representantes da sociedade civil no Conselho Estadual de Meio Ambiente (RJ).

Fundação Fé e Alegria; e o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, que era suplente, passou a titular. No início de 2003, na primeira assembléia do Conanda para a gestão do biênio 2003/2004, o representante da Abong foi escolhido para a vice-presidência do Conselho.

No último triênio, entre outras atividades, o Conanda organizou a IV Conferência Nacional sobre os Direitos da Criança e do Adolescente, realizada em novembro de 2001, cujo tema foi a violência praticada contra crianças e adolescentes. A Abong estimulou a participação das associadas nas conferências locais e regionais que antecederam o evento nacional e lançou o 29º volume da série Cadernos Abong, com o título “Crianças, Adolescentes e Violência”, como contribuição ao debate nacional. Nesse período, a Abong foi representada no Conanda por seu diretor Normando Batista Santos (Cecup).

A atuação dos representantes da sociedade civil no Conselho tem sido qualificada e impulsionada pelo trabalho do Fórum DCA, que congrega instituições de todo o País que atuam na defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

CNAS

Visando a ampliar o controle social sobre as políticas públicas, a Abong foi uma das fundadoras e organizadoras do Fórum Nacional da Assistência Social, que iniciou suas atividades em agosto de 1999. Entre suas ações, estão o monitoramento da destinação das verbas públicas para a assistência social; a denúncia do desrespeito do governo federal em relação ao Con-

selho Nacional de Assistência Social (CNAS); e a pressão para que a sociedade civil tenha autonomia no processo de escolha de seus representantes nas eleições do órgão e também para que haja alternância entre representantes da sociedade civil e do governo na presidência do CNAS, a exemplo do que ocorre no Conanda, o que até agora não aconteceu.

Em dezembro de 2001, a Abong participou da III Conferência Nacional de Assistência Social, organizada pelo CNAS, com o tema “Política de Assistência Social: uma trajetória de avanços e desafios”. Nessa ocasião, o Conselho Diretor da Abong divulgou nota reafirmando o compromisso da Associação com o caráter deliberativo e propositivo do CNAS, responsável pela implementação e pela gestão das políticas de assistência social no País. A Abong criticou a linha adotada pelo governo federal, que prioriza ações pontuais, descontínuas e desconexas entre si, em detrimento de políticas públicas pautadas, com a participação da sociedade civil, pela universalização de direitos.

A realização da Conferência foi antecedida por mais um lançamento da série Cadernos Abong, intitulado “Política de Assistência Social”.

Em 2002, a Amencar (RS) e o Movimento Nacional de Meninas e Meninos de Rua foram as associadas à Abong eleitas para representar a sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social. Mais uma vez, o poder público interveio nas eleições, fato duramente criticado em documento divulgado pela Abong, que também ressaltou a urgência de fortalecimento do Conselho.

ONGs atuam de forma ampla e diversificada

Direitos humanos, gênero, crianças e adolescentes e meio ambiente são algumas das áreas que integram o amplo leque de atuação das associadas Abong.

Superação das diversas formas de desigualdades sociais, por meio de conquista e defesa de direitos; reconhecimento das diferenças, para que não sejam motivo de discriminação entre as pessoas; defesa da vida e da natureza, para que o desenvolvimento não condene a existência e os recursos ambientais à extinção. Em síntese, essas são as linhas de atuação das associadas, que também determinaram a participação da Abong nos processos de mobilização e intervenção social ao longo do triênio.

Nesse período, a Abong realizou incontáveis ações, ao lado de suas associadas, para a constituição e a defesa dos direitos de cidadania; a democratização da sociedade e o respeito aos direitos humanos. Também atuou no apoio aos movimentos sociais e populares; na busca por alternativas de desenvolvimento ambientalmente sustentáveis; na denúncia e no monitoramento das políticas públicas; e na valorização da expressão e da diversidade cultural.

A seguir, alguns exemplos dessas ações.

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

Em 2002, a Abong e outras instituições iniciaram negociações com o Ministério da Ciência e Tecnologia, com o objetivo de assegu-

rar que as organizações da sociedade civil sejam reconhecidas oficialmente como produtoras de conhecimento científico e inovação tecnológica. No final daquele ano, foi instalado um grupo de trabalho com representantes do Ministério e da sociedade civil, a fim de produzir proposta para a participação dessas organizações na formatação de políticas e diretrizes de ação em Ciência e Tecnologia, tanto no processo de produção e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos quanto na identificação de demandas da sociedade.

Em julho de 2003, representantes do Ministério anunciaram a reativação do grupo de trabalho, e ficou estabelecida a manutenção do grupo de representantes da sociedade civil, entre eles, a Abong.

PELA PAZ

A Abong condenou os atentados contra os Estados Unidos em 11 de setembro de 2001 e divulgou, com outras entidades, um manifesto repudiando “o sacrifício de vidas humanas”, reafirmando a “defesa da democracia, da justiça social e da paz para a solução dos conflitos que dividem a humanidade”. O texto também alertou para o risco de os atentados provocarem atos de retaliações, vingança

ças e terrorismo contra outros povos. Nos regionais da Abong houve vigílias e outros atos em defesa da paz. No FSM 2003, a Abong uniu-se aos demais participantes contra a invasão do Iraque pelos EUA e Reino Unido. Integrante do Comitê São Paulo contra a Guerra, em todas as ocasiões, a Associação defendeu uma saída diplomática e o respeito às resoluções da ONU.

ALCA

Em diversas oportunidades, a Abong e suas associadas participaram de discussões sobre a Alca e suas implicações para o Brasil. Também participaram da organização e da divulgação do plebiscito nacional sobre a Alca, realizado entre 1º e 7 de setembro de 2002, quando mais de 10 milhões de pessoas responderam às perguntas “O governo brasileiro deve assinar o tratado da Alca?”; “O governo brasileiro deve continuar participando das negociações da Alca?”; “O governo brasileiro deve entregar parte de nosso território – a base de Alcântara – para controle militar dos EUA?”

Nas urnas espalhadas por todo o País, inclusive na sede da Abong, 98,33% dos votantes manifestaram-se contrariamente à

assinatura do tratado da Alca e 95,94% queriam que o governo abandonasse as negociações sobre o tema. A instalação de uma base militar norte-americana em Alcântara foi repudiada por 98,59% dos votos.

Mesmo após o plebiscito, a mobilização contra a Alca continuou. É o que aconteceu no II Fórum Social Pan-Amazônico, realizado em janeiro de 2003, cujo tema foi “Toda a América contra a Alca”. A Abong foi uma das promotoras do evento.

CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Em 2001, a Abong orientou suas associadas a participarem das conferências municipais e estaduais promovidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de preparar uma publicação especial para contribuir com o debate na conferência nacional.

Ainda em 2001, a Associação apoiou a representação do Conanda junto ao Ministério Público Federal contra a Secretaria de Assistência Social do Estado de São Paulo e a Febem, por descumprimento do Estatuto de Defesa da Criança e do Adolescente.

Em 2002, associadas Abong participaram de encontros regionais em diversos Estados, para discutir Proposta de Lei que regulamente a execução das medidas socioeducativas para recuperação de jovens infratores e mobilizaram-se, mais uma vez, contra um Projeto de Emenda Constitucional (PEC) de redução da idade penal, entre outras atividades em defesa da criança e do adolescente. As associadas também participaram da campanha “Esquecer é Permitir, Lembrar é Combater”, que culminou com mobilização realizada em todo o País, em 18 de maio de

Combate à Corrupção

Em 2001, a Abong participou da organização da Vigília Cívica Contra a Corrupção, ao lado de Transparência Brasil, Ordem dos Advogados do Brasil, CNBB, Conic, CUT, Inesc e ISA, quando foram defendidos, entre outras coisas, o fim do voto secreto nos parlamentos, a melhoria dos sistemas de controle interno e externo dos órgãos de governo, uma reforma política que acabe com os partidos de aluguel e a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), no Congresso Nacional, para investigar denúncias de corrupção no governo federal.

2002, Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual Infante-Juvenil.

DIREITO À EDUCAÇÃO

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação, que congrega mais de 120 organizações de todo o Brasil, promoveu, nos últimos anos, uma série de atividades de mobilização, para assegurar que o governo federal cumprisse a legislação que regula a destinação de verbas para a educação.

Entre outras ações, divulgou abaixo-assinado e promoveu o envio de cartões-postais pela derrubada dos vetos do presidente Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação (PNE), que impedem o aumento do investimento na área, e acionou o Ministério Público Federal pelo cumprimento do artigo 6º da Lei 9.424, que estabelece o valor mínimo anual do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Desde a criação do Fundo, em 1998, o governo tem repassado, por meio de decretos presidenciais, valores inferiores ao determinado pela Lei. A dívida acumulada gira em torno de R\$ 12 bilhões.

No início de 2003, a Campanha iniciou negociação com o novo governo para regularizar a situação. Em meados do ano, a Campanha acionou a Procuradoria-Geral da República pela garantia de recursos orçamentários que permitam o cumprimento da Lei do Fundef, lançou nova fase de pressão pela derrubada dos vetos ao PNE (*A hora da virada!*), articulou-se contra possível retrocesso no processo de reforma tributária e deu mais um passo na elaboração de uma proposi-

ta de custo aluno-qualidade, base para um financiamento comprometido com a melhoria da educação pública.

MEIO AMBIENTE

Propor alternativas de desenvolvimento sustentável, lutando pela preservação da natureza e pelos direitos das populações que dela retiram de forma ecologicamente correta seu sustento, é uma das marcas da trajetória da Abong e de suas associadas.

Nesse sentido, no triênio 2001-2003, as ações da Abong e de suas associadas incluíram o engajamento na campanha “Por um Brasil Livre de Transgênicos”, opondo-se à produção de alimentos geneticamente modificados e propondo mais debates e estudos sobre este tema; a participação na Campanha “SOS Florestas” e no seminário preparatório para a Conferência da ONU sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio + 10), realizado no Rio de Janeiro em 2001; e a campanha virtual “Áreas Protegidas em Perigo”, iniciada em 2003, contra proposta de emenda constitucional que restringe a criação de áreas de proteção ambiental e a demarcação de terras indígenas. A Abong integra, ainda, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania e atua de forma decidida para que as crianças deixem de trabalhar no lixo; para que seus pais, catadores de lixo, integrem-se à sociedade e sejam reconhecidos pela contribuição que prestam ao meio ambiente; e para a erradicação dos lixões.

Em 2002, entre as atividades regionais relacionadas ao meio ambiente, a Abong monitorou e contribuiu para divulgação e organização do processo eleitoral do Conselho Estadual de Meio Ambiente do

Rio de Janeiro, em parceria com a Assembléia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (Apedema). O Regional Amazônia, em parceria com o PAD, Faor e Rede Brasil, organizou o seminário “Alca e Meio Ambiente”. O Regional Nordeste 2 participou do diálogo sobre a transposição do Rio São Francisco. Em outubro de 2002, a Abong participou do seminário “Brasil e Mato Grosso Democráticos e Sustentáveis – Reconstruindo Paradigmas”, realizado em Cuiabá. Na ocasião, foram debatidas a desigualdade na distribuição da riqueza e do consumo e a degradação ecológica.

MULHERES

A luta pela igualdade de direitos, pelo fim da discriminação da mulher e pela implementação de ações afirmativas, entre outros aspectos, além do combate à pobreza feminina e à violência sexista permearam as atividades da Abong e de suas associadas ao longo do triênio.

Entre outras atuações, várias associadas participaram das atividades da Marcha Mundial das Mulheres que, no Brasil, tem entre suas bandeiras a duplicação do

valor real do salário mínimo em quatro anos. Uma das associadas Abong, a Sempreviva Organização Feminista (SOF), responde pela secretaria da Marcha no país.

Diversas ONGs também estiveram presentes na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em 2002, que resultou na elaboração da Plataforma Política Feminista. Em apoio à organização da Conferência, a Abong divulgou documento, no qual ressaltou as conquistas e entraves para o movimento pela emancipação das mulheres. “Permanecem as desigualdades de classe, étnicas e de gênero, intensificadas pelo projeto neoliberal implementado no País ao longo da última década e que atinge de maneira particular as mulheres”, diz o texto, que ressaltou ainda o desafio para a sociedade, em geral, e as ONGs, em particular, de incorporarem a perspectiva de gênero ao seu dia-a-dia.

A Conferência Nacional foi precedida por Conferências regionais e estaduais, que contaram com a presença de associadas ou com a participação de Fóruns Regionais da Abong em sua organização.

DIREITOS HUMANOS

Como tem ocorrido ao longo de sua história, nos últimos três anos, as associadas Abong reafirmaram seu compromisso com a defesa dos direitos humanos, colocando o tema na pauta de eventos internacionais, nacionais e regionais e organizando mobilizações contra os mais diversos tipos de violação. Também atuaram no sentido de ampliar o conceito de direitos humanos, incorporando os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais e propondo mecanismos de monitoramento para seu cumprimento.

Plataforma Interamericana

Em abril de 2002, duas associadas à Abong passaram a coordenar os trabalhos da Plataforma Interamericana de Direitos Humanos, Democracia e Desenvolvimento (PIDHDD). O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) assumiu a coordenação da Plataforma e a Fase (RJ), a do colegiado brasileiro para o período de 2002-2005. Integrada por vários países, a Plataforma tem, entre outros, o desafio de fortalecer a vinculação entre direitos humanos, democracia e desenvolvimento, além de incidir sobre as políticas públicas nacionais e em foros e espaços internacionais.

Foi assim em 2001, quando o Fórum de ONGs/Aids do Estado de São Paulo e o do Rio de Janeiro participaram da Campanha Internacional para Acesso aos Medicamentos Essenciais, que, entre outras atividades, articulou movimento de pressão contra o processo aberto na Organização Mundial do Comércio (OMC) para analisar as leis de patentes de países, entre eles o Brasil, que produzem medicamentos genéricos mais baratos para o tratamento de diversas doenças, como Aids e infecções respiratórias.

Em março de 2002, a Abong apoiou a mobilização iniciada pelo Movimento Nacional de Direitos Humanos, para que o Brasil ratificasse o Tratado de Roma, que estabeleceu o Tribunal Penal Internacional Permanente. Criado em 1998, o tribunal deverá julgar pessoas que tenham praticado crimes de genocídio, de guerra, agressão e lesa-humanidade.

A luta pela punição dos responsáveis por atentados e assassinatos de trabalhadores e líderes rurais e pelo fim da violência no campo também foi ponto fundamental das ações da Abong e de suas associadas.

MONITORAMENTO

Em outubro de 2002, o direito à Educação, Saúde, Trabalho, Moradia, Meio Ambiente e Alimentação passou a ser monitorado, em âmbito nacional, por Relatores da sociedade civil. A iniciativa integra o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, inspirado no modelo das Nações Unidas e promovido pela Plataforma DhESC Brasil, com o apoio do Programa de Voluntários da Nações Unidas

(VNU) e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos.

Foram eleitos Relatores Nacionais em Educação: Sérgio Haddad (Abong/Ação educativa); Alimentação: Flávio Valente (Associação Brasileira de Nutrição); Meio Ambiente: Jean-Pierre Leroy (Fase); Moradia: Nelson Saule (Pólis); Saúde: Eleonora Menecucci (Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos); Trabalho: Lucila Beato(Geledés).

I E II COLÓQUIOS DE DIREITOS HUMANOS

A Abong apoiou o I Colóquio Anual de Direitos Humanos de São Paulo, realizado em maio de 2001 e organizado pelo Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos, formado por Universidade de São Paulo (USP), Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e Universidade de Columbia (Nova Iorque).

O Colóquio destinou-se à formação e ao aperfeiçoamento de jovens profissionais e militantes engajados no trabalho de redução das violações aos direitos humanos e das injustiças sociais. A Abong coordenou o grupo de trabalho sobre sociedade civil.

Com objetivos semelhantes e o tema “Um diálogo pela igualdade” ocorreu, em maio de 2002, o II Colóquio Internacional de Direitos Humanos, também organizado por PUC-SP, USP e Universidade de Columbia, com o apoio da Abong.

Essa iniciativa deverá repetir-se anualmente, como forma de “instituir um fórum regular de discussão de novas estratégias e alternativas para os principais problemas relativos aos direitos humanos, com destaque para as demandas específicas do Hemisfério Sul”.

PDI fortalece a ação das associadas

Planejamento e execução do Programa de Desenvolvimento Institucional são feitos de maneira descentralizada, para atender a necessidades e diversidades de cada região.

O Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi implementado em 2001, com o objetivo de fortalecer a capacidade das ONGs de articular iniciativas, promover processos de mudança social, ampliar sua base social de apoio, sua legitimidade e sua credibilidade diante da opinião pública; contribuir para a autonomia e a sustentabilidade das organizações; aumentar a capacidade de comunicação social das ONGs e fortalecer a Abong como ator coletivo.

Todo o planejamento do PDI deu-se com base em três princípios básicos, que são norteadores de sua implementação. Esses “pilares” conceituais e metodológicos orientam seu planejamento, execução e a avaliação dos resultados alcançados pelas atividades realizadas. São eles:

- **Descentralização:** o Programa foi planejado e está sendo executado de forma descentralizada, visando a respeitar as necessidades e especificidades regionais. Os Fóruns Regionais da Abong (Amazônia, Centro-Oeste, Nordeste 1, Nordeste 2, Nordeste 3, Sudeste, São Paulo e Sul), em coordenação com o nacional, têm autonomia para planejar e executar atividades de DI para sua região.

- **Enfoque sistêmico e político:** os objetivos e as atividades do programa procuram compreender a dimensão sociopolítica

da organização, ou seja, o entendimento de seu papel na sociedade brasileira; sua legitimidade e base social; sua capacidade crítica e inovadora na esfera pública; sua ação em rede; sua autonomia e capacidade de promover processos de mudança social. Os aspectos técnicos e gerenciais (desenvolvimento organizacional) são trabalhados e re-significados dentro desta dimensão.

- **Desenvolvimento Institucional de Rede:** que considera não só a dimensão de DI e o fortalecimento de organizações individuais, mas principalmente o desenvolvimento institucional de uma rede de organizações e a construção de atores coletivos (regionais e nacional).

As diversas atividades realizadas em 2001, 2002 e 2003 permitiram concretizar a reflexão sobre Desenvolvimento Institucional que a Abong e várias de suas associadas construíram ao longo de quatro anos dentro do Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas Européias e Entidades Parceiras no Brasil (PAD). À medida em que várias atividades do programa eram realizadas, evidenciava-se a compreensão do modelo de DI que a Abong está construindo: sistêmico, político e coletivo.

De 2001 a 2003, o Programa de Desenvolvimento Institucional contribuiu para o aumento da visibilidade da Abong nacional e, principalmente, regionalmente, permitin-

do um maior enraizamento e empoderamento dos fóruns regionais de ONGs. Externamente, isto se traduz na constituição de um ator coletivo com uma identidade ético-política clara. Internamente, as interações entre as ONGs estão dinamizadas, permitindo o surgimento de muitos grupos de trabalho regionais e o fortalecimento da articulação com outras redes de ONGs e movimentos sociais.

O PDI estabeleceu várias parcerias e articulações com outras organizações ou redes, com relação ao tema do desenvolvimento institucional de ONGs. Entre estas parcerias destacam-se: Processo de Articulação e Diálogo entre as Agências Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros (PAD); International Forum on Capacity Building (IFCB); Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional e Sustentável (Padis); Grupo de Estudos do Terceiro Setor (Gets)/United Way-Canadá/Cida – Canadian International Development Agency; Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits); e Instituto Pro Bono.

ONGs E INTERNET

Com o apoio da Fundação Kellogg, a Abong e a Rits elaboraram o programa “Informação e Comunicação na Era das Redes: Uso Estratégico da Internet pelas ONGs”, voltado à capacitação para o uso estratégico da rede mundial de informação pelas ONGs da Região Nordeste.

O programa destinava-se a dirigentes de ONGs, envolvidos em atividades de coordenação, comunicação e articulação de redes, oferecendo aos participantes a possibilidade de conhecer, aprofundar, utilizar e discutir aspectos importantes para a gestão es-

tratégica das novas tecnologias de informação e comunicação nas ONGs. O curso era composto de três dias presenciais e a realização de atividades a distância, por três meses. Em 2002, foram realizados cursos em Fortaleza e em Salvador. Em 2003, o curso foi promovido em Recife, no mês de maio.

PROJETO GETS

A participação da Abong no Grupo de Estudos do Terceiro Setor (Gets), projeto apoiado pela Canadian International Development Agency (Cida), foi orientada no sentido de fortalecer e contribuir para a realização dos objetivos do Programa de Desenvolvimento Institucional. Em 2001 e 2002, foi realizada uma série de oficinas sobre os temas: captação de recursos, planejamento e avaliação e modelo colaborativo. As atividades da parceria Abong com o Gets/United Way do Canadá (Cida) foram finalizadas em março de 2003, com um seminário e lançamento de três publicações: “Captação de Recursos – da teoria à prática”; “Facilitação de Oficinas – da teoria à prática”; “Modelo Colaborativo – experiência e aprendizados de desenvolvimento comunitário em Curitiba”. Estas obras foram distribuídas para todas as associadas Abong no primeiro semestre de 2003.

PESQUISA

Ampliar a visibilidade pública e subsidiar o desenvolvimento institucional das ONGs filiadas à Abong foram os principais objetivos da pesquisa que a Abong realizou com sua rede de associadas entre agosto e novembro de 2001.

A busca por uma maior visibilidade pública do trabalho das ONGs; a grande de-

manda existente por informações sobre as ONGs e seu trabalho, tanto por parte da imprensa como da sociedade em geral; e a identificação de dificuldades institucionais atuais também foram levadas em conta na elaboração dos questionários e no planejamento dos produtos que seriam gerados.

Um total de 196 ONGs associadas responderam à pesquisa. Os resultados foram tabulados, dando origem à publicação “ONGs no Brasil 2002: perfil e catálogo das associadas à Abong”, contendo a análise dos dados da pesquisa e informações sobre o perfil das ONGs pesquisadas.

As informações obtidas com a pesquisa também foram armazenadas em um banco de dados eletrônico na página da Abong, contendo o perfil, os projetos desenvolvidos pelas associadas e suas publicações.

FUNDOS PÚBLICOS

Além da publicação, por quatro anos consecutivos, do Manual de Fundos Públicos, foram realizados vários seminários e oficinas nacionais e regionais sobre o tema do acesso e controle social das ONGs sobre os recursos públicos. A combinação produção e socialização de conteúdos e as atividades de capacitação permitiram um acúmulo coletivo desta questão dentro da rede de associadas à Abong.

IDENTIDADE E PAPEL DAS ONGS

Um dos principais temas trabalhados pelo Programa de Desenvolvimento Institucional foi a questão da identidade e do papel das ONGs. Entre 2001 e 2003, foi realizada uma série de atividades, em praticamente todos os regionais da Abong, sobre esta temática. Esse debate foi subsidia-

do por um artigo elaborado por Jorge Eduardo Saavedra Durão, secretário-geral da Abong, denominado “Plano de relançamento do debate com a sociedade brasileira sobre o papel das ONGs e o marco legal do Terceiro Setor”, e também por outros textos, como o artigo “Múltiplas identidades das ONGs”, produzido por Leilah Landim para o seminário internacional “Estudos e Pesquisas sobre as Organizações Não-Governamentais na América Latina: situação e perspectivas”, organizado pela Abong.

Após a síntese dos debates internos, a Abong iniciou, em 2003, o planejamento de uma ampla campanha nacional, cujo objetivo é conscientizar diversos atores dos diferentes segmentos da sociedade brasileira sobre o papel e a importância das ONGs, visibilizando ao máximo o perfil e os posicionamentos desse campo, dentro de uma estratégia de mobilização da sociedade para apoiar as causas promovidas pelas ONGs.

OUTRAS ATIVIDADES

No âmbito do PDI, durante o triênio 2001-2003, os fóruns regionais da Abong e o nacional promoveram diversas atividades: publicações, oficinas, seminários, reuniões, jornais, processos de mobilização, etc., visando sempre a potencializar a capacidade das ONGs associadas de promoverem processos de mudança social. As temáticas trabalhadas, dentro dos objetivos do programa, foram variadas: comunicação; políticas públicas; mobilização de recursos, planejamento estratégico, monitoramento e avaliação; papel das ONGs no cenário político; aspectos jurídicos e Marco Legal; identidade das ONGs, pluralidade e ações coletivas; etc.

Assessoria Jurídica

Em seu terceiro ano de atuação, a assessoria jurídica da Abong continuou a dar apoio ao trabalho das ONGs, por meio de produção de conteúdo, realização de oficinas e seminários, orientações a associadas e não associadas e suporte jurídico a processos e iniciativas políticas coletivas.

A crescente complexidade do ambiente legal e institucional em que estão inseridas as ONGs levou a Abong a instituir sua Assessoria Jurídica. Implantada em 2001, tendo como perspectiva atuar de forma coletiva e representativa em temas político-legais e também oferecer apoio jurídico-político às associadas, esta área já beneficiou centenas de organizações de todo o País, associadas ou não, por meio de produção de conteúdos, realização de seminários e atendimento direto.

A Assessoria Jurídica apóia a diretoria da Abong em diversas frentes de atuação, como nas discussões a respeito do Marco Legal das ONGs; políticas de acesso a recursos públicos; CPI das ONGs, etc.

Também produziu o conteúdo do Manual de Administração Jurídica, Contábil e Financeira para Organizações Não-Governamentais, que será lançado na assembléia geral das associadas, em setembro de 2003, e está reunindo diversos textos jurídicos de interesse das ONGs, como sistema-

tizações de atividades jurídicas desenvolvidas pela Abong e referências legislativas essenciais ao trabalho das organizações, para compor uma área específica no site da Associação, fornecendo mais subsídios para um debate qualificado sobre o Marco Legal das ONGs.

Desde que foi criada, a Assessoria Jurídica tem estado atenta ao trabalho do Legislativo, acompanhando de perto a CPI das ONGs e a tramitação de diversos projetos de lei que versam sobre as ONGs.

CPI DAS ONGS

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em março de 2001 para investigar a atuação das ONGs no Brasil, encerrou seus trabalhos

em 3 de dezembro de 2002, com o depoimento de Sérgio Haddad, presidente da Abong. Após quase dois anos de atividade, os trabalhos apontaram irregularidades em poucos casos isolados, que não

se configuraram como problema geral. Não houve qualquer denúncia contra nenhuma associada Abong.

O enfoque coletivo e político dado às questões jurídicas reflete a opção por uma atuação estratégica, guardando estreita relação com o PDI da Abong. Entre as atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica estão a produção de conteúdos, a realização de seminários e a atuação representativa em processos políticos na construção de um novo Marco Legal.

Em seu depoimento, Sérgio Haddad relatou a natureza do trabalho desenvolvido pelas associadas, voltado ao fortalecimento da democracia, à justiça social, ao combate a todas as formas de discriminação e à construção de alternativas para o desenvolvimento sustentável. Ele também explicou aos parlamentares que as ONGs estão sujeitas a diversos mecanismos de controle institucionais, muito mais severos do que outras organizações privadas.

A Abong acompanhou os trabalhos da CPI durante toda sua existência: prestando e socializando informações, produzindo documentos, participando de audiências. Também produziu um texto crítico sobre o relatório final da CPI, que está disponível na página eletrônica da Associação.

MARCO LEGAL

Até setembro de 2003, está previsto um encontro entre a Abong e o presidente da República, para discutir a necessidade de redefinição do marco legal das ONGs e de outras organizações da sociedade civil, seu acesso a fundos públicos; incentivo a doações; participação da sociedade civil nas políticas de cooperação internacional; o reconhecimento das ONGs como produtoras de conhecimento; e os mecanismos e espaços de participação da sociedade civil na perspectiva do monitoramento, implementação e controle social das políticas públicas.

A reunião é mais uma iniciativa da Associa-

ção no sentido de afirmar a identidade e o trabalho das ONGs, processo que teve início em 1997, em discussões com o governo federal, Congresso Nacional, Conselho Nacional da Assistência Social e Comunidade Solidária.

Em junho de 2002, a Abong participou da 14ª Rodada de Interlocação Política, promovida pelo Conselho do Comunidade Solidária, sobre a Reforma do Marco Legal do Terceiro Setor, que resultou em algumas mudanças legais, em razão da publicação da Portaria do Ministério da Fazenda nº 256 e do art. 37 da Medida Provisória nº66, de 29 de agosto de 2002, transformada na Lei 10.637/2002. Em agosto, foi constituído um grupo de trabalho no interior do Conselho Diretor, com a finalidade de elaborar um Projeto de Lei que possa servir como parâmetro na discussão sobre o Marco Legal e a institucionalidade das organizações do campo ético-político da Abong.

Em 2003, esse tema tem sido debatido continuamente com outros atores da sociedade civil, e a Abong iniciou uma estratégia de discussão interna com as associadas sobre o Marco Legal. Foram promovidas duas oficinas sobre “Aspectos Jurídicos, Institucionais e Marco Legal das ONGs”, nos regionais Amazônia e Nordeste 2.

ITCMD

Entre as diversas atuações político-legais da área jurídica, pode ser citada a intensa atuação em parceria com o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) e o Instituto Socioambiental, para concluir acordo com o governo paulista e isentar as organizações sem fins lucrativos de São Paulo do pagamento do Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doações (ITCMD).

Escritório em Brasília

Instalado em julho de 2003, o escritório em Brasília é um espaço de apoio às estratégias políticas de intervenção da Abong no Governo Federal, no Congresso Nacional e nos Conselhos Federais de que participa atualmente (Conanda, Consea, CDES).

Estratégia de divulgação fortalece ações de cidadania

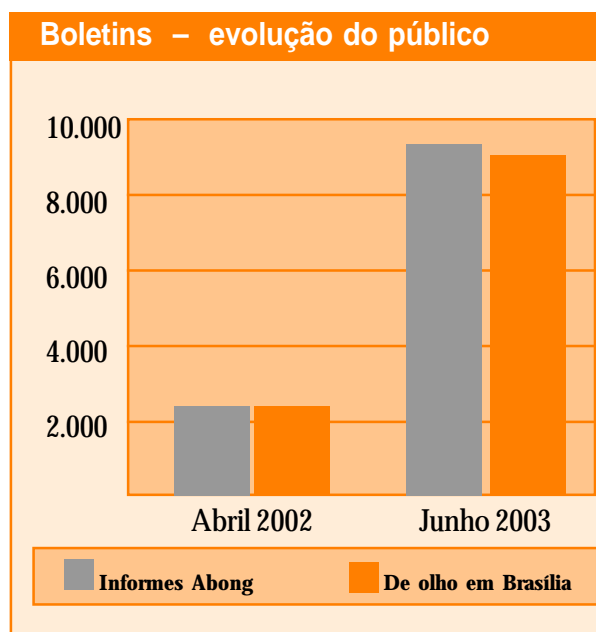
Democratizar o acesso à informação, promover o inter-relacionamento e dar visibilidade ao trabalho da Abong e de suas associadas. Para atingir esses objetivos, a Associação fez da comunicação uma área estratégica e profissionalizada.

Publicação de livros, cadernos temáticos, produção de boletim eletrônico com as atividades das associadas, realização de pesquisas e atendimento aos profissionais da imprensa são algumas das atividades da comunicação Abong, que, entre outras coisas, permitiram conferir transparência ao trabalho, conhecer a opinião da sociedade sobre as ONGs e ampliar a base social.

Atividades de comunicação também são desenvolvidas pelos Fóruns Regionais Abong, que divulgam boletins eletrônicos, editam jornais e outras publicações, promovem seminários e oficinas sobre a gestão dessa área nas ONGs e sobre o uso estratégico da Internet.

INFORMES ABONG

Criado em fevereiro de 1999, com o objetivo de dar visibilidade ao trabalho das associadas e de divulgar informações que, direta ou indiretamente, afetam sua intervenção na esfera pública para o fortalecimento da democracia e a universalização dos direitos de cidadania, o Informes Abong consolidou-se como um canal de comunicação rápido e eficiente e chegou ao quinto ano de edição com um público várias vezes maior do que o inicial. Até abril de 2002, havia 2.500 endereços cadastrados na Abong para envio do Informes. Com o lançamento do novo site, em maio de 2002,



e a possibilidade de as pessoas usuárias fazerem sua inscrição para receber os boletins automaticamente, o público do *Informes* cresceu. Em média, ocorrem 130 novas inscrições por semana.

Atualmente, cerca de 9 mil endereços eletrônicos recebem o *Informes*. Além das filiadas à Abong, o *Informes* é enviado a instituições de pesquisa, parlamentares, ONGs não associadas, agências de cooperação, órgãos públicos, universidades e pessoas físicas. Todas as edições do *Informes* também são enviadas a mais de 2 mil jornalistas e veículos de comunicação de todo o País e disponibilizadas no site da Abong. Até 13 de agosto de 2003, o *Informes* já contava 242 edições, 28 delas publicadas neste ano.

DE OLHO EM BRASÍLIA

A agenda de trabalho do Executivo e do Legislativo, bem como informações so-

bre as ações desenvolvidas pelos Conselhos Nacionais Paritários de Gestão são distribuídas semanalmente por meio do boletim *De Olho em Brasília*. Elaborado pela empresa AYK Consultores, especializada em informações parlamentares, o veículo tem por objetivo oferecer informações para a qualificação da intervenção das ONGs nas esferas públicas de decisão. Criado em 2000, o boletim é distribuído semanalmente, também pela Internet, ao mesmo público de *Informes Abong*.

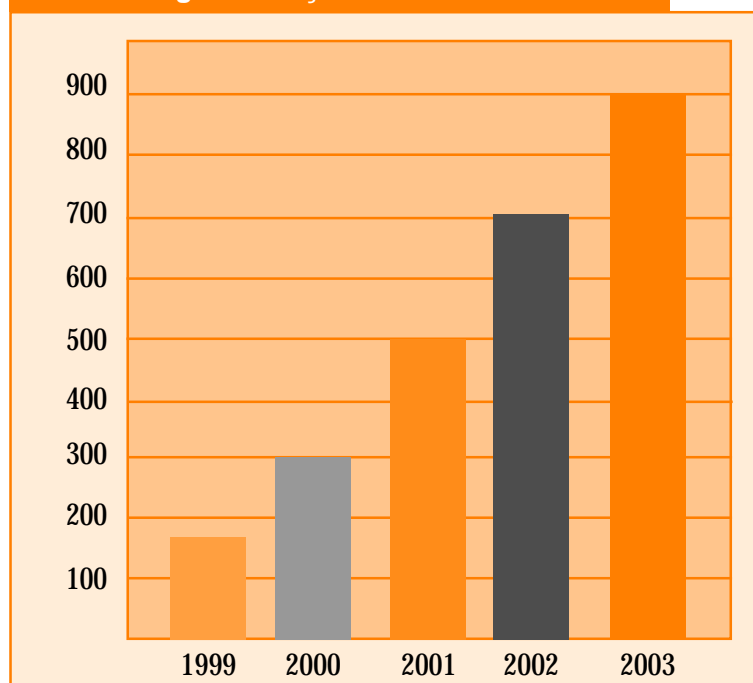
Até 15 de agosto de 2003, circularam 125 edições do *De Olho em Brasília* para o mesmo público de *Informes Abong*.

www.abong.org.br

Nos últimos três anos, a página eletrônica da Abong evoluiu, ganhou novos usuários mês a mês e se consolidou como um veículo ágil para a mobilização, expressão e informação das associadas e de outros atores da sociedade civil, parceiros da Abong. Também se firmou como uma fonte de informação segura e confiável para profissionais de imprensa e outros grupos que desejam conhecer o universo das ONGs.

Criada em 1999, a página da Abong na internet ganhou novos layout e sistemas de busca em 2002, o que facilitou a navegação e permitiu ampliar o conteúdo disponibilizado. Nos quatro anos de existência, o número de visitas à página cresceu de forma contínua e expressiva. No primeiro ano de funcionamento, ocorreram aproximadamente 5 mil acessos mensais ou cerca de 170 por dia; em 2002, a página da Abong registrou cerca de 21 mil visitas por mês ou aproximadamente 700 consultas diárias.

Site Abong – evolução dos acessos diários



Nos primeiros oito meses de 2003, a média diária de consultas saltou para 900.

IMPRENSA E OUTROS PÚBLICOS

Nos últimos anos, o interesse dos veículos de comunicação pelo universo das ONGs aumentou consideravelmente, e a Abong consolidou-se como fonte de informação para os mais variados tipos de mídia. Além de enviar o Informe para mais de 2.000 profissionais e veículos de imprensa, a Abong atende a solicitações específicas de diversos tipos de veículos, incluindo desde informativos institucionais de organizações da sociedade civil até jornais e rádios de abrangência nacional, passando por revistas de variedades e temáticas. O tipo de solicitação também é bastante variado.

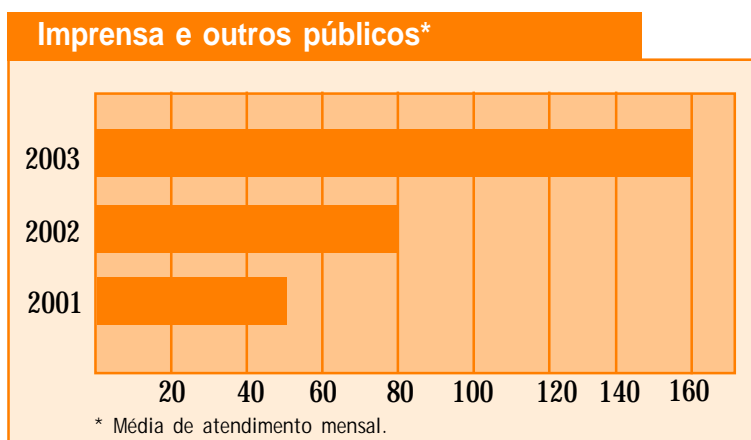
Em 2001, entre os temas que provocaram a inserção da Abong nos meios de comunicação, destacaram-se: a organização do Fórum Social Mundial; a polêmica em torno dos “certificados de filantropia” concedidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) a entidades sociais que atendam a critérios estabelecidos por lei; a comemoração do Ano do Voluntariado; e a CPI das ONGs, além da constante procura de informação/indicação de ONGs

que desenvolvam trabalho em áreas específicas. A Abong recebeu cerca de 20 solicitações mensais de órgãos da imprensa, além de dezenas de solicitações de outros públicos.

Em 2002, as eleições dominaram a agenda da imprensa nacional. Esse fato deu origem a várias solicitações à Abong sobre a possível incorporação das propostas das ONGs, em diversas áreas, aos programas dos candidatos à presidência da República. Além dessa temática, persistiram as demandas por informação/indicação de ONGs em função de sua área de atuação e também por estatísticas do universo das ONGs. Mensalmente, a assessoria de comunicação da Abong atendeu a aproximadamente 40 solicitações de órgãos de imprensa, além das diversas solicitações de outros públicos.

Em 2003, a demanda por informações centrou-se em estatísticas, como número de ONGs e de entidades do terceiro setor, quantidade de recursos que movimentam e de empregos que geram, crescimento médio e expectativas para os próximos anos, bem como o índice de voluntários e de profissionais remunerados em seus quadros. Órgãos de imprensa e outros públicos também questionaram a diferença entre organizações sem fins lucrativos e

ONGs e entre militantes e voluntários. Durante o primeiro semestre, a assessoria de comunicação da Abong atendeu mensalmente, em média, a 160 solicitações da imprensa e de outros públicos, como universitários.



PESQUISA IBOPE

Além da pesquisa para definir o “Perfil das Associadas”, a Abong encomendou pesquisa ao Ibope para verificar o nível de conhecimento da sociedade sobre as ONGs e como o público em geral avalia a atuação das organizações não-governamentais. O resultado contrariou a campanha difamatória contra as ONGs e revelou que as organizações não-governamentais gozam de uma boa imagem pública. Realizada no início de outubro de 2000, a pesquisa demonstrou que 27% da população consultada “já ouviu falar em ONGs”. Neste universo, a imagem dessas organizações é positiva, e o nível de aprovação de suas atividades é quatro vezes maior (58%) do que o de reprovação.

CADERNOS ABONG

“Crianças, Adolescentes e Violência” e “Política de Assistência Social” foram os temas dos dois Cadernos Abong editados em 2001, com o objetivo de contribuir com as discussões realizadas no

âmbito das Conferências Nacionais de Assistência Social e dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Na publicação para a III Conferência da Assistência Social, a Abong contou com a parceria do Conselho Federal do Serviço Social (CFESS) e da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social/CUT. Fórum DCA e Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda) foram os parceiros na elaboração da publicação para a IV Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Foram publicados 10 mil exemplares de cada um desses Cadernos Abong, distribuídos entre associadas e entidades de todo o País, que atuam nas áreas de crianças e adolescentes ou assistência social, conselhos estaduais e municipais e todos os participantes das conferências.

Em agosto de 2003, foi lançado mais um volume da série Cadernos Abong, intitulado “Outro Diálogo é Possível na Cooperação Norte-Sul”. Esta obra é resultado das apresentações realizadas em um seminário promovido por Abong, PAD e Coordination SUD, em 25 de janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial (Porto Alegre/RS). Na primeira parte, Harry Derksen, Henri Rouillé d’Orfeuil e Jorge Eduardo S. Durão analisam e debatem detalhadamente os impactos da globalização sobre a cooperação internacional para o desenvolvimento. Na segunda, experiências e novos modelos de cooperação são relatados e avaliados por Eliana Rolemberg e Jan Gilhuis (PAD), Jean-Marie Fardeau (associações da França e do Brasil) e Kátia Maia (Oxfam).

Urbis 2002/2003

A Abong participou das duas edições da “Feira e Congresso Internacional de Cidades (Urbis), realizadas em 2002 e 2003, em São Paulo. Nas duas ocasiões, a Abong organizou estandes para expor seu trabalho e o de suas associadas por meio de publicações, vídeos e outros materiais. A Urbis reuniu empresas comerciais, gestores municipais e organizações da sociedade civil de todos os Estados brasileiros, com delegações de cidades, além de representantes de dezenas de países. Milhares de pessoas participaram do evento, que contou também com conferências sobre temas relacionados às políticas e práticas inovadoras de gestão pública de cidades.

MANUAL DE FUNDOS PÚBLICOS

Pelo quarto ano consecutivo, Abong e Processo de Articulação e Diálogo entre Agências Ecumênicas e Entidades Parceiras no Brasil (PAD) editaram o Manual de Fundos Públicos, com informações sobre programas sociais mantidos pelo governo brasileiro ou por governos estrangeiros, que destinam recursos ao financiamento de projetos de organizações não-governamentais. O objetivo é divulgar quais são os recursos públicos disponíveis para o trabalho das entidades envolvidas no campo do desenvolvimento social e humano no Brasil e quais as formas de acesso a eles.

Temas atuais e de interesse de organizações da sociedade civil foram objeto de publicações da Abong, destinadas às associadas, não associadas, ao público em geral e à imprensa.

Na edição de 2001, buscou-se aprimorar as informações sobre cada tipo de fundo e incluir novos programas. Na edição de 2002, foram acrescentados, em cada um dos programas gerenciados pelo governo federal, as informações relativas à execução orçamentária de 2001 e os valores aprovados para o orçamento de 2002. A seção jurídica também foi ampliada e revista, com novas informações sobre a celebração de convênios com a administração pública. A edição de 2003 contém, além das informações relativas ao Orçamento, informações referentes à execução orçamentária em 2000, 2001 e 2002, possibilitando o monitoramento dos investimentos feitos pelo governo federal nas áreas sociais, por meio de comparações entre orçamentos previstos e executados nos três anos. O Manual

contempla, ainda, os programas assistenciais de embaixadas voltados para o financiamento de pequenos projetos de caráter assistencial.

ONGs E UNIVERSIDADES

A construção da identidade das organizações não-governamentais no Brasil, os desafios que lhes são colocados na transição do milênio, as possibilidades abertas

pela tendência à articulação de redes globais de ação social solidária e uma análise sobre as pesquisas acadêmicas que tomam as ONGs

como objeto de estudo são alguns dos temas abordados neste livro, concebido com base no seminário “Estudos e Pesquisas sobre as Organizações Não-Governamentais na América Latina: situação e perspectivas”, realizado em dezembro de 2001 pela Abong, em parceria com a Asociación Latinoamericana de Organizaciones de Promoción (Alop) e a Pontificia Universidade Católica (PUC-SP).

Durante o seminário, foi produzido, em parceria com a TV PUC, o vídeo “ONGs e Universidades – conhecimento e transformação”, que aborda os desafios da relação entre estas instituições, por meio de depoimentos de dirigentes de redes de ONGs, pesquisadores e intelectuais da América Latina.

RACISMO NO BRASIL

Este livro é resultado do seminário “Racismo no Brasil”, realizado em São Paulo, em março de 2002, em parceria

com a Ação Educativa e a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). O conteúdo reúne a experiência da pesquisa universitária à ação das ONGs e, assim como o seminário, propõe uma reflexão sobre o racismo no Brasil, buscando contribuir para o debate a respeito da elaboração e da implementação de políticas públicas voltadas aos afrodescendentes.

Lançado no segundo semestre de 2002, o livro foi distribuído para as associadas e também colocado à venda em várias livrarias do País. A Abong tem estimulado e capacitado as associadas para introduzirem a temática do racismo em seu trabalho.

DESENVOLVIMENTO E DIREITOS HUMANOS: DIÁLOGOS NO FÓRUM SOCIAL MUNDIAL

Este livro é resultado dos debates dos seminários “A Ilusão do Desenvolvimento e as Alternativas de Mudança Social para os Países do Sul”, realizado por Abong, Alop e Ceal, e “O Impacto de 11 de Setembro sobre os Direitos Humanos”, promovido por Abong, Cejil e Consórcio Universitário pelos Direitos Humanos, no FSM 2002. Ao abordar a questão do desenvolvimento e seus reflexos sobre os direitos humanos, a obra apresenta uma revisão histórica de conceitos fundamentais, para embasar a reflexão sobre a integração de valores de justiça social ao paradigma de desenvolvimento. Também faz uma importante contextualização dos problemas enfrentados pela América Latina no planejamento de suas ações políticas, para articular-

se com um discurso autêntico e coerente com sua realidade.

MANUAL DE ADMINISTRAÇÃO JURÍDICA, CONTÁBIL E FINANCEIRA PARA ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS

Lançada em parceria com a Afinco e o Padis, esta obra visa a possibilitar às ONGs conhecerem o ambiente legal em que estão inseridas e, com isto, cumprir seus deveres e exigir seus direitos institucionais. Responsável pelo conteúdo jurídico, com este livro, a Abong busca socializar, por meio de um guia prático, algumas das informações e experiências que acumulou nesses anos de atuação em questões legais, trazendo informações sobre aspectos societários, administrativos, trabalhistas e tributários.

GOVERNO E SOCIEDADE: UM DEBATE SOBRE ESPAÇOS PÚBLICOS DEMOCRÁTICOS

A Abong traz, nesta publicação, três temas centrais: democratização da democracia e pacto social; a incidência da sociedade civil, dos partidos e dos movimentos sociais nas políticas públicas; perspectivas para o Brasil: pacto social ou novo contrato social? Para este debate, conta com as análises de intelectuais e militantes de renome nacional e internacional, apresentadas durante o “Seminário Democratizar a Democracia”, realizado por InterRedes, Abong e Alop, em 26 de janeiro de 2003, durante o III Fórum Social Mundial. O livro reúne análises de Boaventura de Sousa Santos, Tarso Genro, Luiz Dulci, Silvio Caccia Bava, Maria Josefina Huamán, Sílvia Camurça, Roberto Baggio e Edna Roland.

Gestão foi marcada por ações de descentralização

Em 2001, o Conselho Diretor da Abong, formado pela diretoria executiva e pelos diretores dos Fóruns Regionais, reuniu-se três vezes para definir estratégias de atuação e deliberar sobre posicionamentos nos diversos espaços públicos de representação coletiva. Os encontros aconteceram em março, em São Paulo; em julho, em Belém, e em dezembro, novamente em São Paulo.

Ao longo de 2002, o Conselho reuniu-se quatro vezes. Em São Paulo, nos meses de março e junho; em Salvador, em agosto; e no Rio de Janeiro, em novembro. Além de deliberar sobre as estratégias de atuação do Escritório Nacional, o grupo definiu prioridades para a execução do Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI) e definiu as estratégias de atuação nas eleições nacionais.

O acesso a fundos públicos e a identidade das ONGs foram temas priorizados. Durante esses encontros, foram realizados seminários e debates dos quais participaram as associadas e outras organizações da sociedade civil. Com a primeira reunião do ano, aconteceu o seminário “Racismo no Brasil”. Em junho, a reunião foi integralmente voltada para a definição de metas e estratégias do PDI. Em Salvador, a identidade e o papel das ONGs foram temas de seminário. Em novembro, em reunião no Rio de Janeiro, associadas e integrantes do Grupo de Trabalho de Indicadores da Plataforma Novib participaram de seminário de análise de conjuntura.

A atuação da Abong nas eleições nacionais também foi definida pelo Conselho. De

um lado, a Associação tornou pública sua expectativa sobre a relação entre governo e organizações da sociedade civil. De outro, procurou reafirmar a autonomia das ONGs diante do Estado.

Até agosto de 2003, o Conselho Diretor reuniu-se duas vezes, ambas em São Paulo. Na primeira, entre 24 e 26 de fevereiro, a pauta da reunião incluiu a análise da conjuntura nacional e a participação da Abong em espaços públicos de diálogo com o governo federal, como o CDES e o Consea. Também se discutiu a realização da assembléia geral das associadas. Na segunda reunião, ocorrida entre 2 e 4 de julho, o Conselho centrou-se nos preparativos para o seminário internacional “O Papel da Sociedade Civil nas Novas Pautas Políticas” e para a VI Assembléia Geral da Abong, marcados para 1º a 4 de setembro. Também se acordou com o subsecretário-geral da presidência da República, Cezar Alvarez, presente no primeiro dia, aprofundar análises e ações conjuntas, como o reconhecimento oficial da produção de conhecimento pelas ONGs e sua colaboração para a ciência e a tecnologia; histórico e definição do marco legal para as organizações não-governamentais; e formas de participação da sociedade civil nos conselhos e fóruns.

Ao longo do triênio, o Conselho Diretor deliberou pela descentralização das ações e dos recursos, fortalecendo a atuação dos Fóruns Regionais. Neste sentido, foi fundamental a decisão de manter 50% dos recursos arrecadados com o pagamento das anuidades pelas associadas para utilização direta no próprio Regional.

Abong for talecida com novas adesões

Durante o triênio, o Conselho Diretor analisou e aprovou a filiação de 44 novas associadas, que assumiram o compromisso de manter sua atuação fiel à Carta de Princípios da Abong.

Em 2001, associaram-se:

- Associação de Apoio a Meninos e Meninas da Região Sé (AACriança/SP) • Associação Brasileira Terra dos Homens (RJ)
- Associação Difusora de Treinamentos e Projetos Pedagógicos (Aditepp/PR)
- Casa da Mulher Trabalhadora (Camtra/RJ) • Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS/CE) • Centro de Direitos Humanos do Alto Vale do Itajaí (CDHAVI/SC) • Centro de Educação e Assessoria Herbert de Souza (CEAHS/RN) • Centro Educacional de Entidades Reunidas “Manuel Otávio” (Cermo/PI) • Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (Ceris/RJ) • Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec/SP) • Centro de Promoção da Saúde (Cedaps/RJ) • Centro de Prevenção e Recuperação: “O caminho, a verdade e a vida” (Precavidda/PR) • Comitê para Democratização da Informática (CDI/RJ) • Comissão Pró-Índio (CPI/SP) • Grupo de Apoio e Prevenção à AIDS (Gapa/SP) • Grupo de Apoio e Resistência Rural e Ambiental (Garra/BA) • Grupo de Incentivo à Vida (GIV/SP) • Grupo de Mulheres da Ilha (GMI/MA) • Instituto de Juventude Contemporânea (IJC/CE) • Instituto Paulo Freire (SP) • Instituto Sertão – Pelo De-

envolvimento Humano e Meio Ambiente (CE) • Instituto Vivendo de Desenvolvimento Integral da Terceira Idade (RJ) • Rio Voluntário (RJ) • Saúde sem Limites (SP).

Em 2002, associaram-se:

- Agende (DF) • Centro Dom José Brandão de Castro (SE) • Centro Nordestino de Medicina Popular (CNMP/PE) • Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (Comsaúde/TO) • Grupo de Trabalho e Pesquisa em Orientação Sexual (GTPOS/SP) • Instituto de Pesquisa Ação e Mobilização (Ipam/DF) • Movimento Tortura Nunca Mais (PE) • Projeto Ibeji (BA) • Rede de Informações do Terceiro Setor (Rits/RJ).

Em 2003, associaram-se:

- Ação Comunitária do Brasil (RJ) • Associação Brasileira para o Desenvolvimento de Lideranças (ABDL/SP) • Agência de Notícias Esperança (Anote/CE) • Avante Qualidade, Educação e Vida (BA) • Centro de Assessoria do Assuruá (CEAA/BA) • Centro de Direitos Humanos de Palmas (CDHP/TO) • Centro Interdisciplinar de Estudos Grupais (Cieg/BA) • Ecologia e Ação Social (Ecoa/MS) • Enda Brasil (RJ) • Instituto de Revitalização para o Trabalho (IRT/CE) • Programa Papai (PE).

Fóruns Regionais Abong

Mais de duas centenas de organizações não-governamentais integram os oito

Fóruns Regionais da Abong, abrangendo todos os estados do país.

AMAZÔNIA

Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins

- Agá & Vida • Apacc • Cacba • CAC (PA) • CDHEP • CDHP • Cedenpa • Cepepo
- Cipes • Comsaúde • CVC • Fase-Belém • Gacc (MA) • Grupo de Mulheres da Ilha • IDA
- Instituto do Homem • MMCC • Moprom • Rede Acreana • República de Emaús • SMDDH • SPDDH • Tijupá • Unipop.

CENTRO-OESTE

Distrito Federal, Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul

- ABHP • Ação Cristã Pró Gente • Agende • Ágora • CDHDMB • CDHHT • Cfemea
- Ecoa • Fase-Cáceres • Fé e Alegria (MT) • GSP • GTC-AESS • GTME • Ibrace • ICV • Ifas • Inesc • Ipam • ISPN • MNMMR (DF) • MNMMR (GO) • Opan.

NORDESTE I

Alagoas, Paraíba e Pernambuco

- Afabe • Afinco • Amazona • Amencar (PE) • Aspta (PB) • Caatinga • Cais do Parto • Casa de Passagem • Ceas Urbano • Cecor • Cenap • Cendhec • Centrac • Centro Josué de Castro • Centro Luís Freire • Centru • Chapada • Ciela • CMC • CMN • CMV • CNMP • Equip • Etapas • Fase (PE) • Fé e Alegria (PE) • Gajop • Gestos • Grupo Curumim • Grupo Origem • Habitec • Ibasp • Mirim Brasil • MTNM • Papai • Patac • Sabia • SJP (PE) • Sedup • SOS Corpo.

NORDESTE II

Bahia e Sergipe

- AATR-BA • Avante • AXÉ • CAA • Ceade • Ceas (BA) • Cecup • Cese • Cesep • Cieg
- CJPSA • Cria • Dom José Brandão de Castro • Fase-Itabuna • Fé e Alegria (BA) • Fundação Onda Azul • Fundifran • Gamba • Gapa (BA) • Garra • Grupo German • Grupo Olodum • Ijasf • Liceu de Artes e Ofícios (BA) • MOC • Projeto Ibeji • Saci • Sasop • Vida Brasil! (BA).

NORDESTE III

Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte

• AACC (RN) • Acic • Anote • CDVHS • CEAHS • Cearah Periferia • Casa Renascer • Cedeca (CE) • Cepac • Cermo • Cetra • CM8 • Comunicação e Cultura • Edisca • Esplar • Fé e Alegria (RN) • Fé e Alegria (PI) • Gacc (CE) • Gapa (CE) • IJC • Imopec • Instituto Sertão • Instituto Terramar • IRT • SAR • Vida Brasil (CE).

SÃO PAULO

• AAMM • ABDL • Ação da Cidadania • Ação Educativa • CDDBR • CDHEP-CL • Cebrap • Cebrij • Cedap • Cedec • Ceert • Cenpec • Centro Gaspar Garcia • Cepis • CES • CFSS • Cismop • Comissão Pró-Índio • Comulher • COR • CPV • CTV • Ecoar • Ecos • Ecom • Espaço • Fala Preta • Fé e Alegria-Nacional • Fé e Alegria (SP) • Gapa (SP) • Geledés • GIV • Greenpeace • GTPOS • Ibeac • Idec • Instituto Avisa Lá • IPF • ISA • MNMMR (SP) • Pólis • Proter • Rede Mulher • Saúde sem Limites • SMM • SOF • SOS Mata Atlântica • SOS Saúde Mental • UCBC.

SUDESTE

Espírito Santo, Minas Gerais e Rio de Janeiro

• Abia • Abrapia • Ação Comunitária (RJ) • Aducon • Afro Reggae • Amencar (MG) • Asplande • Aspta (RJ) • CAC • Caces • Campo • Camtra • Capina • CDDH Petrópolis • CDI • Ceap • Cecip • Cecopes • Cedac • Cedaps • Cemina • Cepel • Cepia • Ceris • CNBL • CNDDA • CPCD • Cresam • Criar Brasil • Criola • CVI • Defensores da Terra • Enda Brasil • Fase-Nacional • Fase-Vitória • Fé e Alegria (ES) • Fé e Alegria (MG) • Fé e Alegria (RJ) • Fundação Bento Rubião • Gestão Comunitária • Grupo Pela Vidda • Ibase • Idaco • Instituto Vivendo • Irsaned • Iser • Iser/Assessoria • Médicos Sem Fronteiras • Nova • Novamerica • Pacs • Profec • Projeto Roda Viva • Redeh • Rio Voluntário • Rits • Sapé • SBO • Se Essa Rua Fosse Minha • SER • Ser Mulher • SFB • Terra dos Homens • Unirr • Visão Mundial.

SUL

Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná

• Ação Voluntária • Aditepp • Amencar • Aspa • Aspta (PR) • Caap • Camp • CDHAVI • CDHMGB • Ceap (RS) • Cebi • Ceca (RS) • Cefuria • Centro Vianeí • Cepo • Cetap • Cidade • Deser • Fé e Alegria (PR) • Fé e Alegria (RS) • Fé e Alegria (SC) • Fidene • Gapa (RS) • MNMMR (RS) • Precavvida • Proame • Rureco.

